

A pior seca dos últimos 60 anos em Portugal

As chuvas do final do ano não apagaram a memória da pior seca das últimas seis décadas, que deixou milhares de agricultores desesperados e facilitou o caminho às chamas, que devoraram quase 300 mil hectares de florestas.

O pré-alerta de estado de seca foi proposto logo a 31 de Janeiro, quando eram já visíveis o baixo nível das barragens e os efeitos da falta de chuva nas culturas e pastagens.

A 31 de Março, quando 60% do território enfrentava uma "seca extrema", o Conselho de Ministros criou a Comissão para a Seca 2005, que reuniu representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e outras entidades, sob a coordenação do Instituto da Água.

Ao longo do ano, a Comissão produziu 16 relatórios quinzenais de acompanhamento da situação, definindo níveis de intervenção e medidas adequadas à avaliação da severidade e duração da seca em cada região do país e contabilizando resultados e prejuízos num balanço apresentado na Assembleia da República em Outubro.

Em Maio, a precipitação estava 40% abaixo do valor médio dos últimos 60 anos. Com a chegada do Verão e do calor, a seca agravou-se e mostrou fragilidades a nível do abastecimento, sobretudo na região algarvia, onde foram reactivados 20 furos para consumo urbano e o baixo nível da sua principal reserva de água subterrânea, o aquífero Querença-Silves, exigiu medidas especiais de contenção para evitar a contaminação pela água do mar.

Entre 31 de Julho e 31 de Agosto, as classes de seca severa e extrema atingiram 100% do território. Só na última quinzena de Novembro, se deu conta do fim da seca na região de Lisboa e em parte do Algarve, embora se mantivesse com intensidade fraca ou moderada em 83% do território.

A situação teve implicações não só ao nível do abastecimento urbano, da agricultura, da produção hidroeléctrica e da emissão de gases com efeitos de estufa, mas afectou também os ecossistemas. A mortandade de peixes nalgumas barragens devido ao aquecimento da água e à falta de oxigénio obrigou as autoridades a intervir, retirando o excesso piscícola e reforçando o tratamento, ou mesmo encerrando, algumas captações a partir estas origens.

As altas temperaturas e a falta de humidade nos solos tornaram esta época de incêndios quase tão negra como a de 2003, quando 425 mil hectares foram destruídos no pior época de fogos dos últimos 20 anos.

A fúria das chamas não poupou as áreas protegidas, devastando cerca de 18 mil hectares, dos quais onze mil só no Parque Natural da Serra da Estrela. Entre 1 de Janeiro e 9 de Outubro, altura em que foi divulgado o último balanço

semanal da Direcção Geral de Recursos Florestais, o fogo tinha consumido quase 300 mil hectares de floresta.

Quando cessou funções, a 31 de Outubro, a Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais (ANIF) deixou algumas sugestões no seu relatório final. Melhor coordenação central, mais atenção aos rescaldos e a exigência de mais empenho às autoridades locais, foram algumas das propostas da ANIF que alertou ainda para a dificuldade dos municípios em enfrentarem situações de emergência e falta de sensibilidade de alguns autarcas.